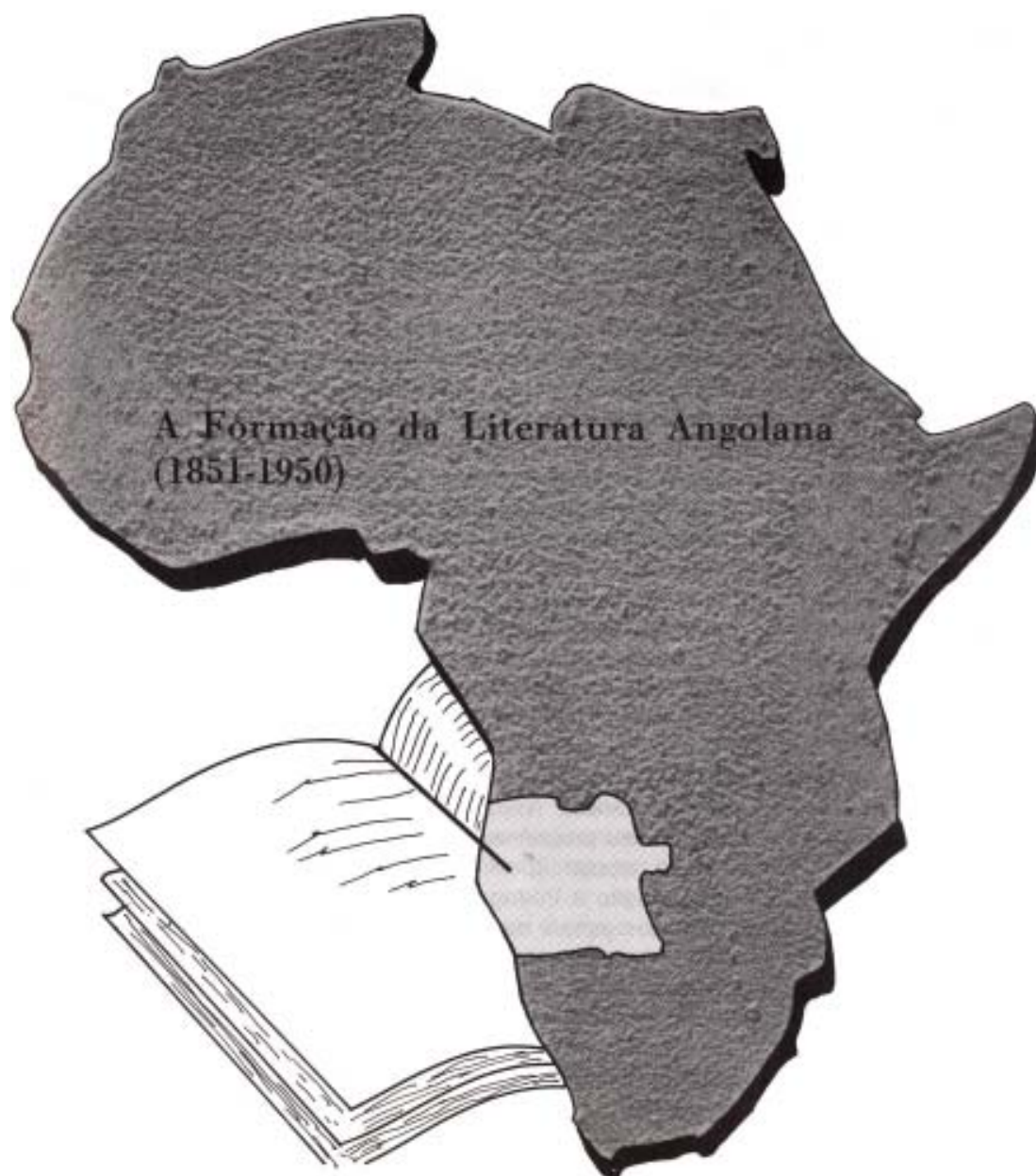


Mário António Fernandes de Oliveira \*



**Um capítulo da dissertação de doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 1985**

### **NOVO SÉCULO: ESPERANÇAS E FRACASSOS**

*Dos «Ensaios literários» à «Voz de Angola clamando no deserto»*

A passagem de um século para outro, para Portugal com para Angola, foi uma época de aspiração a mudança e de desilusão, que teve a complementá-la um facto que permaneceria, o da implantação da República, ao iniciar-se o segundo decénio do novo século. Em Angola, o primeiro decénio do século foi preenchido por um eclodir do movimento de protesto crioulo, assumindo formas além das literárias, que principalmente foram as suas, com a constituição de movimentos vários à volta desse ideal finissecular que foi a instrução e com a manifestação de africanos em seu favor assumindo formas novas de representação, como a da marcha nas ruas em sua defesa. Foi líder dos africanos António Joaquim de Miranda (1864-?), de cuja capacidade literária já aqui apresentámos testemunho e que, na sua luta pela instrução do seu povo, já então alargada ao povo africano não-assimilado, preencherá os dois primeiros decénios do século em mudança, numa luta áspera, ainda que infrutífera. A sua primeira manifestação foi através da constituição de uma associação voluntária, a Educação do Povo — Assistência Mútua, objectivando a «civilização» e a reforma dos africanos.

O seu programa, embebido de ideário republicano e sentimento popular, aproximou-se da reclamação da independência em relação a Portugal, tendo prosseguido para além do combate nos jornais que dirigiu, à estimulação aos africanos para que não pagassem taxas — o que se chamaria imposto indígena, um dos gravames sobre as pessoas dos africanos que percorreria quase toda a época colonial — e sofrendo conseqüentemente a perseguição pelo exílio que haveria de enobrecer as carreiras de quase todos os lutadores crioulos que prolongariam pelo século XX, o da implantação colonial, as ideias que traziam já elaboradas do século XIX (1). Analisemos a produção literária nesse início de século, para registarmos as formas aí assumidas por ideias que souberam ser conseqüentes, ultrapassando o simples quadro em que foram expressas.

1901. A data só por si é carregada de informação. Ia iniciar-se o século XX, inevitavelmente com homens, ideias, iniciativas oitocentistas. A esse simples dado de cronologia, há que acrescentar as ideias dominantes nessa transição, impulsionadoras

do processo que determinaria o sentimento de progresso que principalmente marcaria o século que se abria. A crença nesse progresso e no papel fundamental que para a sua obtenção seria confiado à generalizada instrução, a confiança em que os homens deixavam de ser limitados por circunstâncias derivadas do nascimento e classe, o sentido da igualização do homem — preencheriam grande parte das preocupações dos homens durante o século, com todas as consequências, por vezes dramáticas, dos confrontos ideológicos que se abriam.

Na periferia, esses mesmos problemas se apresentavam, com o inevitável retardamento em relação ao centro de que dependiam. Em Angola, algumas pessoas, ideias e factos assinalam 1901. Foi nesse ano que chegou a Angola o missionário português que mais alto ergueria o nome da Igreja Católica e Apostólica Romana, do mesmo passo que asseguraria a sua presença evangélica no compromisso que lhe marcaria o Estado Novo através da Concordata e, sobretudo, do Acordo Missionário, o P.<sup>e</sup> Manuel Alves da Cunha <sup>(2)</sup>. Em 1901 se publicou o primeiro órgão crioulo, de vocação claramente literária, o «Almanach Ensaios Literários» <sup>(3)</sup>, de que foi director Francisco das Necessidades Ribeiro Castelbranco, impresso em Luanda na Tipografia do Povo. Enfim, surgiu datado de 1901 o volume *Voz de Angola Clamando no Deserto — Oferecida aos Amigos da Verdade pelos Naturais*, primeira manifestação colectiva de protesto da sociedade crioula e que reúne testemunhos de todos ou quase todos os africanos que deram brilho à Imprensa de Luanda nos finais do século XIX <sup>(4)</sup>.

São factos, os referidos, apenas aparentemente desligados uns dos outros, do passado que indiciavam e do futuro que anunciam. Veremos que todos, pães do século XIX, anunciavam o século XX. Para tanto, basta que reparemos, por exemplo, na forma de publicação escolhida, típica desse fim-de-século e início do seguinte: o almanaque. Se nos lembrarmos do papel desempenhado, em Portugal e suas ligações com o Brasil e com as colónias, pelo almanaque que reunia colaborações de escritores representativos de todas essas áreas, o *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*, e a isso acrescentarmos que a elite crioula angolana nele colaborou abundantemente durante toda a segunda metade do século XIX <sup>(5)</sup>, teremos a justificativa da escolha dessa forma de publicação, pelos angolanos, ao abrir-se o século XX. Com efeito, foi de *Almanach — Ensaios Literários* que Francisco Castelbranco designou a publicação que a partir de 1901, com curta duração, seria publicada em Luanda, pela Tipografia do Povo. Especificando o seu fim, o director, cuja presença se prolongaria

pelos primeiros decénios do século, para, em 1929, publicar a sua *História de Angola*, escreve as seguintes elucidativas palavras:

«Tem ele por fim proporcionar alguns momentos de distração e desenvolver, entre os angolanos, o gosto da literatura, que aqui tem sido muito descurada»<sup>(6)</sup>.

O fim-de-século, simultaneamente frívolo e sério, aí se pronuncia na associação entre «gosto da literatura» e «distração», nessa primeira publicação do seu tipo, dirigida e colaborada por angolanos. Esse mesmo espírito é o que determina o lançamento dos novos «*Ensaaios Literários — Propaganda e Instrução*», publicação semestral, datada de Luanda, 1902, mas impressa em Lisboa, Imprensa de Libânio da Silva, no mesmo ano. Aí se encontram publicados nomes que assinalarão, nos anos futuros, o percurso crioulo, com suas faces de protesto, ambiguidade ou submissão, ao longo do processo colonial que acompanhariam. Nesse número se incluem colaborações de Francisco Castelbranco<sup>(7)</sup>, com sua vocação de historiador, biografando Geraldo António Victor<sup>(8)</sup>, o general africano heroicizado pelos seus feitos em Angola e na Guiné; de Augusto Bastos, que «O Angolense» de 1917, haveria de incluir na sua lista de «heróis» ao tempo da arremetida contra o que restava da sociedade crioula<sup>(9)</sup> e que havia de ser englobado na onda histórico-colonial dos anos quarenta, pela sua assídua colaboração em «a província de Angola» e que Alberto de Lemos haveria de biografar no seu volume de *Nótulas históricas*, pela sua obra publicada, designadamente pela Sociedade de Geografia de Lisboa e em Angola, onde, em 1928, foi incumbido da organização e instalação do Arquivo Histórico de Angola, do que resultaria a sua colaboração, antes citada, na Imprensa<sup>(10)</sup>; e de António de Assis Júnior, que viveria toda a primeira metade do século XX, motivado por condições similares, desde



as de 1917 às de 1940, com a publicação nesse intervalo do livro que haveria de ser considerado o iniciador da prosa de ficção angolana e com várias e constante afirmação de um nacionalismo que sofreu os embates das circunstâncias históricas.

Que esses angolanos transportavam a herança do século anterior é evidente a partir de factos como o de reproduzirem textos dos iniciadores da Literatura Angolana, como Cordeiro da Matta e Pedro Machado, na poesia e na prosa, respectivamente. Com efeito, *Ensaio Literários* publicaram o poema «Negra!»<sup>(11)</sup>, de J. D. Cordeiro da Matta, extraído do livro *Delírios*<sup>(12)</sup>, com o seu testemunho romântico-africano, do mesmo modo que o órgão seguinte da sociedade crioula angolana, «O Angolense», um tanto mais tarde, iniciaria a publicação do *Scenas d'África*, tentativa de romance realista de Pedro Machado, que conhecera já mais de uma publicação em Lisboa, quando do seu aparecimento, primeiro em folhetim.

Trazia, portanto, esse almanaque, ao público do século XX, a lembrança do que havia sido o esforço dos angolanos que tinham feito o brilho da imprensa crioula luandense do século XIX, lembrando um dos poucos casos dimensionais em livro, o de J. D. Cordeiro da Matta, de cujos *Delírios* seguramente por intenção



nacionalista, é extraído um poema em que, à maneira romântica, é cantada a mulher negra. E se, como poema romântico, é um poema ligado ainda a escolas anteriores, como se extrai da referência neo-clássica a Fedra, o poema é o primeiro em que um africano assume cantar a mulher africana como «a deusa da formosura», o que é valor a não considerar pequeno.

A outra publicação desse ano de 1901 é *Voz de Angola Clamando no Deserto/ Oferecida aos Amigos da Verdade pelos Naturais*, deste o título marcando a sua natureza de protesto que foi da sociedade crioula contra o escrito na imprensa luandense por um europeu, antecipando o que seria dominante na sociedade colonial a instalar-se, a propósito do africano, sob um dos aspectos que viriam a alimentar todo o colonialismo e o anti-colonialismo pelos três quartos do século a vir: o da sua qualidade de trabalhador.

Esse protesto assume um carácter colectivo, não só pela autoria que aparece impressa no seu rosto, dos «Naturaes», mas porque efectivamente, por investigações feitas se conclui que foram seus autores quase todos os africanos que, no ano da sua publicação eram vivos e que antes haviam assumido o papel de relevo na imprensa crioula angolana dos dois-três últimos decénios do século XIX. Com efeito, colaboraram em *Voz de Angola Clamando no Deserto...* António José do Nascimento, Pascoal José Martins, Francisco Castelbranco <sup>(13)</sup>, Mário Castanheira Nunes, filho de António Castanheira Nunes <sup>(14)</sup>, Saturnino de Sousa e Oliveira, filho do médico e diplomata brasileiro homónimo <sup>(15)</sup>, Silvério Ferreira, já então líder carismático da sociedade crioula, como todo o meio-século seguinte haveria de testemunhar, em sucessivos depoimentos, desde o de «O Angolense», em 1917, Carlos Botelho de Vasconcelos, cujo apelido é encontrável ao longo da história da resistência crioula até ao fim do período colonial, José Carlos de Oliveira Júnior, Eusébio Velasco Galiano, futuro editor de «O Angolense», João de Almeida Campos, que seria o Presidente da Liga Africana em 1913 (pelo nome e pela data de fundação, certamente inspirada pela homónima de Lisboa, criada um ano antes), claramente de inspiração pan-africana <sup>(16)</sup>, e Apolinário Van-Dúnen. Para além desses representantes da sociedade crioula, a já longa tradição de europeus, principalmente portugueses, que nela se integraram ao ponto de acompanharem e ecoarem todo o protesto crioulo, aparece na segunda parte do volume, numa série de intervenções suas na imprensa ou sob a forma de livros.

Nessa segunda parte se transcrevem, sucessivamente, um excerto da conferência proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa, pelo conselheiro José Bento Ferreira de Almeida, ex-Governador de Moçâmedes; um excerto do comerciante português



*A Formação da Literatura Angolana (1851-1950)*

António Francisco Nogueira, com larga permanência no Sul de Angola, do seu livro *A raça negra*, para referir apenas os que residiram em Angola; e a distante sabedoria europeia sobre África estando bem representada por textos de Duvergier de Hauranne sobre o problema ainda polémico da capacidade de civilização e de progresso da «raça preta» e do marquês de Sá da Bandeira, do seu livro *O trabalho rural africano*, e ainda de nomes cimeiros da



Imprensa Angolana como os dos já referidos em lugar próprio, Urbano de Castro, Alfredo Mântua e Pinheiro Bayão. Nessa parte ainda se incluem os elementos geradores da polémica, o discurso de Dantas Baracho, transcrito do jornal *O Comércio de Angola*, de que foi editor Eusébio Velasco Galiano, de 5 de Abril de 1893 e a contestação, no mesmo jornal, do cónego António José do Nascimento, que surge assim na posição destacada que era a que detinha na sociedade crioula, em *Voz de Angola Clamando no Deserto...*, pois que nela aparece com o primeiro artigo, publicado anonimamente, e com este. Outros autores surgem em artigos transcritos da imprensa local ou da de Lisboa, como Mamede de Sant'Anna e Palma, e Eduardo de Sá Nogueira Pinto Balsemão, assinalando, assim, a participação no mesmo combate de africanos e metropolitanos.

Mamede de Sant'Anna e Palma, proprietário e editor de «O Desastre», no seu n.º 17 atacou a intervenção de Dantas Baracho nas

Cortes de Lisboa, lamentando não estivesse vivo José de Fontes Pereira para o castigar. Mas foi além:

«O que mais admira e espanta é que nada dissesse o Sr. Joaquim Matoso da Câmara, também insultado! E na imprensa nem uma palavra dos srs. Carlos de Melo, Carlos Tavares, Castro Vasconcelos e outros africanos ilustrados e talentosos!!»<sup>(17)</sup>

O terceiro ponto importante com que assinalámos a data de 1901 foi o facto de nesse ano ter chegado a Angola, para aí exercer intensa acção de magistério, Manuel Alves da Cunha (1872-1947). Não foi apenas a figura mais destacada da Igreja Católica na primeira metade do século XX, pois, além do elevado cargo a que nela se elevou, — vigário capitular, depois geral, da Diocese de Angola e Congo — foi mestre de sucessivas gerações de seminaristas, primeiro reitor do Liceu que se abriria em 1919, presidente da comissão administrativa do Museu de Angola, tendo deixado a colaboração no «Boletim da Diocese de Angola e Congo» e no «Boletim eclesiástico de Angola e S. Tomé», sendo-lhe devidores os que localmente abordariam o tema da História de Angola. Alberto de Lemos foi um dos seus principais alunos, como não se pode esquecer o papel que desempenhou junto de António de Assis Júnior, que o confessa, pela dedicatória que lhe consagra, a seguir à de seu pai, na primeira edição de *O segredo da morta*, «em testemunho da mais alta consideração e respeito»<sup>(18)</sup>.

O biógrafo principal de Manuel Alves da Cunha foi Júlio de Castro Lopo que teve a agudeza de assim marcar a posição de charneira entre os dois séculos por ele assumida:

«Alves da Cunha era homem liberal e tolerante. O biógrafo que traçar o seu perfil terá de estudá-lo convenientemente dentro das épocas respectivas e sob estes aspectos: o homem, o português, o missionário e o intelectual.

O homem trouxe do século XIX uma das grandes virtudes morais: — ele tinha horror pela existência do escravo.

Seguindo o seu biógrafo e bibliógrafo, importa anotar aqui que ao longo de 46 anos de permanência em Angola, Manuel Alves da Cunha principalmente estudou a história geral de Angola, dedicando ainda algum espaço da sua actividade a estudos de missionismo e história eclesiástica e ainda a problemas de etnografia e filologia africanos. Um longo percorrer de caminhos paralelos àqueles por que se iria desenvolver a formação da Literatura Angolana, sobre a qual, decerto, teve não dispicienda intervenção como se vê da dedicatória do romance *O segredo da morta*, de António de Assis Júnior.

Ainda no quadro deste dealbar do século, importa colocar uma publicação que apresenta a mesma natureza de «Ensaio



*A Formação da Literatura Angolana (1851-1950)*

Literários», a revista que mais longamente sobreviveu, de um autor do primeiro decénio do século, Pedro da Paixão Franco, «Luz e Crença, Propaganda Literária Ilustrada» (1902-1903). Apenas com duas edições, «Luz e Crença» é marco da Literatura Angolana do dealbar do século, com homens que participaram nas lutas do século XIX, principalmente a anti-escravista e do século XX, a anti-colonialista. Colaboraram nela nomes como os de Assis Júnior, Francisco Castelbranco e Silvério Ferreira, tantas vezes citados neste trabalho.

Não pode ser considerado dispiciendo para Angola o facto de o primeiro decénio do século XX terminar com a proclamação da



República em Portugal (5 de Outubro de 1910). Apesar de não se poder considerar mais do que sentimento, a República foi recebida com esperança, por uma população em 78,6% analfabeta. 266 novas escolas abriram nos primeiros cinco meses da República. Isso em Portugal, enquanto em Angola se debatia sobre a quem, Igreja ou Estado, cabia o ensino dos indígenas. Perante o impasse a que pareciam conduzir as esperanças, surgiu a figura do líder já algumas vezes citado neste trabalho, António Joaquim de Miranda, colaborador de «O Angolense» e de «O Apostolado do Bem» e de «Era Nova», que tendo estudado com o «famous african teacher, Nicolau Rogero» trabalhou como empregado de escritório de uma companhia agrícola por mais de 20 anos. «Through the years, he had vented his republican, anti-elitist views in a series of newspapers that he edited. He insisted that Portugal had helied its 'honest intentions as a civilizing nation' and that Angolan elites themselves had shurked their responsibility, being content to accept absorption through assimilation» (20).

Sentindo-se tanto africano como português, António Joaquim de Miranda procurou lutar dentro do sistema pela sua alteração, pensando nesta como impulsionadora das reformas — Socorros Mútuos, lutando junto do governo da colónia para que obrigasse os funcionários a serem seus sócios, com descontos nos seus ordenados. O governo devia ainda proporcionar um edifício-sede, casas mais modestas para servirem de escolas e subsídios, etc.

«In an normal act, hundreds of association members marched through Luanda streets and presented their statues to Governor (Manuel Maria) Coelho. Although the governor received the marchers and their requests warmly, the statues were never approved, and there was no government action on any of the items requested» (21).

Um ano depois desta marcha pela Educação, António Joaquim de Miranda foi transferido para Malanje, não sem que das suas ideias algo subsistisse, designadamente através de dependências locais da Liga Nacional de Instrução de Lisboa. Por último, foi o seu exílio para Cabinda pelo General Norton de Matos.

A efervescência instrutiva, filha dilecta do século anterior, não poderia deixar de dar seus frutos no século XX.

De todos, apenas Paixão Franco, com a sua *História de uma Traição*, de 1911, e Francisco Castelbranco, muitos anos depois, com a *História de Angola*, dariam corpo ao intento. Aquele livro, no entanto, apesar das circunstâncias pessoais do seu surgimento, oferece melhor margem para a sua consideração literária, pois conforma um quadro da sociedade crioula e das suas incidências, do mesmo modo que oferece, no meio de virulenta polémica,

quadros de um descritivo digno de autêntico escritor, como os que perseguem Silvério Ferreira, ao longo do caminho-de-ferro de Luanda ou os que referem a «conspiração» da Maianga. Como noutra ocasião tivémos a oportunidade de escrever, «das quatrocentas páginas do livro, resulta uma imagem, desde dentro, da sociedade crioula e das suas divisões, que interessa registar, além de numerosos factos que ajudam a esclarecer acontecimentos importantes que são já pertença da História. Sobre tudo isso, ainda e sempre, alarga-se o conhecimento de uma personalidade, a do seu autor, com insuspeitado pormenor» (22). Mais do que isso, hoje oferece-nos o texto de *Histórias de uma Traição*, através do balanço das suas epígrafes, referências e citações, o que melhor pode servir a uma avaliação da mentalidade dessa geração angolana oitocentista que entraria no século XX, cheia de ideias, projectos e ilusões.

Para oferecer uma imagem mais próxima da realidade do período dourado da imprensa crioula em Luanda, mais que a enumeração de jornais de posse, direcção e redacção de africanos, uma publicação reúne o máximo da força da intelectualidade crioula, contra factos públicos considerados ofensivos dos africanos. Faltam apenas alguns silenciosos, devidamente verberados. Esse livro, apresentado anonimamente, foi *Voz de Angola/Clamando no Deserto/Ofercida aos Amigos da Verdade/pelos Naturais* (23).

O anonimato foi parcialmente quebrado por um dos indivíduos convidados a colaborar e que desse objectivo desistiu, Pedro da Paixão Franco, que escreveria sobre a *Voz de Angola/Clamando no Deserto...* as seguintes palavras:



«(...) um opúsculo de reivindicações que, sem rubrica de autor, em 1901, alguns aborígenes publicaram — incluindo o próprio Castelbranco!

...

«Francisco Castelbranco não assinou o que escreveu na *Voz de Angola/Clamando no Deserto*, e hoje dificilmente se lhe arrancava a ratificação desse escrito, pois até usou o heroísmo de o fazer de fora de Luanda (...)»<sup>(24)</sup>.

Essa afirmação contraria a de Júlio de Castro Lopo, que coloca Castelbranco em Luanda, datando outro artigo. Optemos ou não pela versão de Paixão Franco, ficam todas as suas restantes afirmações não obstante o seu confessado tempero tendente ao excesso (a «natureza nervosa» a que adiante alude).

Assim a história desse livro de protesto e reivindicações aparece descrita desde a constituição prévia de uma comissão executiva que, tendo tomado sobre si todos os trabalhos, deliberara que o livro havia de ser colaborado por todos os naturais que quisessem fazê-lo, o seu custo havia de ser pago com o produto de uma subscrição aberta entre os nativos e que, vendido o livro, com o seu produto todos os subscritores seriam ressarcidos das suas importâncias, recebendo o capital, sendo o resto do produto distribuído igualmente por todos, como juro ou como depois fosse deliberado.

E assim narra Paixão Franco a sua dissidência:

«Grande foi o meu espanto e a minha desilusão, quando vi que, enquanto a mim me entregavam 10 brochuras que, cotadas a 500 réis, preço por que a obra era vendida na praça, davam a totalidade do capital com que eu havia contribuído, o Francisco Castelbranco e outros doutores, membros da comissão, distribuindo entre si todo o dinheiro, recebiam o capital e exorbitantes juros!»<sup>(25)</sup>

A alusão aos «outros doutores», por quem, pelos seus escritos se considerava superiormente dotado, tem que ver com o carácter segmentário da sociedade crioula, não custando sobrepor a alusão à polémica a que posteriormente Paixão Franco submeterá os mestiços da mesma sociedade crioula, assumindo-se ele um negro, segmento para o qual reivindica a primazia, cultural ou moral, em todas as circunstâncias. No entanto, nem ele, nem Cordeiro da Matta, por si chamado à colação, se poderão considerar isentos do pecado da mestiçagem.

«Natureza nervosa, considere-me afrontado, mas guardei silêncio, a ver até onde esses trapaceiros levavam a sua audácia.

A minha indignação transbordou, e tive febre, quando pouco depois, despejando todo o dinheiro para as sacolas desses



ciganos, vi que, para maior petulância, esses falsos patriotas dividiam, também entre si duas resmas enormes de exemplares do opúsculo ali, aos olhos atónitos de todos! De tudo concluí que, enganado, eu tinha sido conduzido a uma barraca de feira (...) (26)».

Apesar do carácter anónimo da colaboração, existe um exemplar com a identificação de todos os colaboradores, feita e, nalguns casos, anotada por Júlio de Castro Lopo (27), que apesar de oposta ao que Paixão Franco diz de um dos colaboradores, Francisco Castelbranco, nos parece a única digna de crédito.

Aqui e agora, importa reter as propostas de Júlio de Castro Lopo: a primeira contribuição, intitulada «Solemnia Verba», é da autoria do cônego António José do Nascimento, uma das personagens africanas dignas de ombrearem, com as apontadas por Júlio de Castro Lopo, como as cimeiras do jornalismo angolano do século XIX.

O prestígio nacionalista do P.º António José do Nascimento (1838-1902) vinha de longa data, pois é contra ele que um Governador-Geral fez a primeira acusação, «por escritos odiandos e subversivos da ordem, no sentido da sonhada independência da Colónia», no jornal luandense «Mercantil».

Beneficiando de uma educação rara em africanos, cumprida em Angola e na Metrópole, onde se deslocou como bolseiro do Cofre Central da Bula da Cruzada para frequentar o Seminário Patriarcal de Santarém, ordenado em 1814, regressa a Angola onde exerce o seu combate, de que o da *Voz de Angola* é um exemplo, e dedica-se à educação dos seus conterrâneos, proporcionando-lhes aulas, em associação com o capitão do exército do Reino, Domingos José Ferreira Júnior, e o professor da Escola Principal Sales Ferreira, oferecendo o ensino de cadeiras de Português e Latim, História Pátria e Universal, Filosofia e Matemática e Educação Física, na sua Escola de Ensino Secundário (28).

Pascoal José Martins, de Icolo e Bengo, escreve sob o título «À Contra Lei, pela Grei»:

«A Gazeta Civilizadora d'África» responde ainda Francisco Castelbranco, ao contrário do que diz Paixão Franco, datando o artigo de Luanda, segundo o que Castro Lopo estabeleceu.

«Réplica» é a contribuição literária de Mário Castanheira Nunes, da mesma cidade, filho do tantas vezes já citado P.º António Castanheira Nunes, que educou gerações de angolanos no fim do século XIX (29).

«Agora nós» foi como Silvério Ferreira intitulou a sua forte diatribe, datando-a do Golungo Alto, ao tempo

percorrido de fermentos nacionalistas, principalmente ligados à expropriação de terras de africanos <sup>(30)</sup>.

«Um protesto» é o que assina Carlos Botelho de Vasconcelos, de Luanda, cujo apelido ecoará pela sociedade crioula, como veremos em capítulos adiante, como o relativo a acontecimentos contrários à sociedade crioula, envolvendo Assis Júnior e o respeitante ao sector evangélico.

«Preconceitos» é o título simples do escrito de José Carlos Oliveira Júnior, da mesma cidade, cujo nome haveríamos de encontrar num seu descendente no decénio de 40 do século seguinte.

«Quis eritis?» interroga-se o futuro editor de «O Angolense», de Luanda, Eusébio Velasco Galiano, que editara e dirigira anteriormente «O Comércio de Angola», da mesma cidade.

«Confrontos» estabelece João de Almeida Campos, cuja presença no campo do movimento associativo africano seria ainda de assinalar em 1913, pois presidia à nova Liga Africana, cuja sessão inaugural teve a presença do Alto Comissário, Major Norton de Matos <sup>(31)</sup>.

«É o cúmulo das infâmias — eis como reagi, de Benguela, Apolinário Van-Dúnen, um dos mais vibrantes dos «conjurados».

Se juntarmos a esses africanos os nomes dos europeus, residentes em Angola ou no exterior, de cuja cooperação eles se servem para o objectivo que pretendem, por certo que fica evidente que eram angolanos e portugueses que moldavam a sociedade crioula luandense do fim do século XIX e início do seguinte, como apresentámos há vinte anos no nosso livro *A sociedade angolana do último quartel do século XIX e um seu escritor* (Joaquim Dias Cordeiro da Matta).

Como nessa ocasião assinalámos, ainda que de dominância europeia, era crioula a cultura de Luanda, nos seus portadores e nos seus produtos. Os nomes grandes do jornalismo que se fez em Angola «foram tanto de europeus fixados em Angola e identificados com a sociedade em que viviam — Urbano de Castro, Alfredo Mântua ou o Dr. Alfredo Troni —, como o de africanos — José de Fontes Pereira, Arsénio do Carpo ou Arantes Braga» <sup>(32)</sup>. A estes podemos acrescentar os nomes de todos os contribuintes africanos da *Voz de Angola/Clamando no Deserto*, os dos europeus por eles chamados tão amiudadas vezes em suporte da sua posição, principalmente, na parte de «Transcrições», em que, sucessivamente, se publicam: excerto do relatório do Conselho de Administração da Companhia Real dos Caminhos de Ferro, elaborado em 1983; parte da Conferência da Sociedade de Geografia de Lisboa, do conselheiro José Bento Ferreira de Almeida,



que havia sido Governador de Moçâmedes; um trecho de Duvergier de Hauranne sobre a insusceptibilidade de civilização e progresso da «raça preta»; um excerto do livro de Sá da Bandeira sobre «O trabalho rural africano»; outro do livro do comerciante português em Angola, A. F. Nogueira, *A raça negra* — incluindo depoimentos de Urbano de Castro, Alfredo Mântua e Pinheiro Bayão, nomes que brilharam na imprensa angolana do fim do século; o artigo anónimo publicado no «Comércio d'Angola» sobre o «O discurso do Sr. Dantas Baracho na Câmara dos Senhores Deputados em 7 de Fevereiro do corrente ano» (1893); idêntico trabalho do «Comércio d'Angola», de 5 de Abril de 1893, e a posição contrária do mesmo jornal, no n.º 35, de 4 de Maio de 1893, assinada pelo cónego António José do Nascimento que é, assim, dos dois colaboradores com dois artigos na *Voz de Angola Clamando no Deserto*; a reacção de «O Desastre» é transcrita do seu n.º 17, de 7 de Maio de 1893, num dos mais violentos e sentidos libelos do livro, assinada por Mamede de Sant'Anna e Palma; E. de Sá Nogueira Pinto de Balsemão, que é uma das vozes mais esclarecidas e humanistas, no pleito, onde é frequentes vezes citado, assina um artigo em «O Século», de Lisboa, n.º 3908, sob o título «Os filhos das Colónias — o serviço forçado»; «O preto não é pobre — Esclavagismo» é um artigo reproduzido do jornal «Comércio d'Angola», de 15 de Novembro de 1893, sem assinatura; «Ódio de raça» é assinado por Africano Ocidental do Litoral, reproduzido do «Notícias de Angola», de 12 de Dezembro de 1893; «Um protesto» surge sem indicação de origem nem assinatura; «Ódio de raça» é extraído do «Comércio d'Angola», de 10 de Janeiro de 1894 e assina-o Garipar Caisson que, no livro da Sociedade de Geografia de Lisboa, anotado por Castro Lopo, é atribuído a Francisco Castelbranco, o segundo dos duplos colaboradores, em colaboração directa e em transcrição, da *Voz de Angola*; reproduz-se a nota de «Necrologia assinada pelas iniciais de António Augusto Teixeira de Vasconcellos», uma das glórias do jornalismo português, quando faleceu um dos filhos da terra, o sr. Eusébio Castella de Lemos Pinheiro Falcão, para edificação do provocador de quase toda esta questão, o comissário régio Dantas Baracho; do jornal «Mercantil» de Luanda, de 1887, vem ainda apoio, não assinado, como de «Século» surge a última transcrição, assinada pelas iniciais P.B., na versão de Júlio de Castro Lopo, de Francisco Pereira Batalha.

Neste fim de século, tão embebido de conhecimento e de ciências, vamos encontrar a Antropologia, designadamente a cultural, tentando os seus primeiros passos pré-científicos, situação que não justifica as posições erradamente assumidas por homens

que tinham uns séculos, se não de cultura científica, ao menos de interrogação e resposta humanísticas desenvolvidas a partir das descobertas e da expansão europeia; esta resposta, porém, estava em causa, com divergências tão notórias como a registada entre Capelo e Ivens e Serpa Pinto, que não deixa de ser verberado neste livro colectivo.

A polémica fixada na *Voz de Angola Clamando no Deserto...* repõe e sintetiza questões que vêm do protesto crioulo, por nós primeiramente ouvido na *Demonstração Geográfica* de Joaquim António de Carvalho e Menezes e que no jornalismo do fim do século XIX constituem o cerne da mundividência crioula, com ocupação digna de assinalar na questão que levou à substituição do título do periódico *O Arauto Africano* por *O Polícia Africano*, ambos dirigidos por Carlos Silva a cuja intervenção, em sentido oposto, já aludimos <sup>(33)</sup>. Os seus principais temas são: a incapacidade colonial portuguesa, confrontada com as de outras potências coloniais; o obscurantismo colonial, impeditivo de uma correcta elevação civilizacional do indígena; a prática colonial portuguesa no domínio do trabalho, com difícil aceitação do trabalho livre; a política de imigração quase limitada ao envio de degredados para as colónias, e as inevitáveis contradições resultantes da sua posição face aos indígenas. Toda a polémica dominada pela ambígua posição dos queixosos, reconhecedores das boas leis que se diziam ultrapassadas — a ideia da «idade do ouro», dificilmente localizável —, baseadas na «impreterível conveniência



de conciliar a doutrina augusta do cristianismo», ordenando que «escravos e filhos das colónias (...) se reputassem hábeis para os empregos públicos, dignidades e honras, quando para eles se mostrassem aptos, quer fossem pretos, mulatos ou brancos, direitos e privilégios, que neste governo constitucional tramam por cercear»<sup>(34)</sup>. Essa problemática havia de estar presente em quase todos os escritores que cinquenta anos mais tarde inaugurariam o que pretendiam e havia de ser considerado uma Literatura nacional.

O sentimento da herança comum de quantos ficam referidos é objecto de testemunho em nota de Mamede de Sant'Anna e Palma, publicada no primeiro número de «O Angolense», *À memória de Lino de Araújo*, em que se referem traços da sua biografia, a sua frequência da Escola de Miranda Henriques e a sua amizade com Eusébio Velasco Galiano, editor de «O Angolense», considerado um dos velhos que actualmente se encontram em Luanda, com algum amor pela pátria e pelos seus. Mamede de Sant'Anna e Palma proclama-se discípulo das páginas de «O Cruzeiro do Sul», jornal do seu homenageado.

Aliás não caberiam apenas a africanos as posições mais avançadas. Alguns dos europeus por aqueles levados à liça ultrapassaram as posições defendidas pelos filhos da terra. Se, por estes, nos parece justo destacar um Mamede de Sant'Anna e Palma, transcrito de «O Desastre», pelos convidados europeus a esta polémica africana, a posição mais notoriamente anti-colonial parece-nos a assumida por Mayer Garção, transcrito, sem menção de origem, por Eusébio Velasco Galiano<sup>(35)</sup>.

Das colaborações directas de africanos, importará destacar a de Silvério Ferreira, no contexto desta história do passado da Literatura Angolana, até porque, quase um desconhecido, ele teria o nome escolhido, meio século depois, para uma das iniciativas crioulas frustradas, a do Círculo de Silvério Ferreira, que apenas provocou manifestações de imprensa, entre as quais algumas *barachadas*, como estes polémicos africanos do fim do século XIX passaram a chamar o que hoje se diria o racismo primário<sup>(36)</sup>.

Pacífico sobre a sua condição de africano e operário — «O signatário deste arrazoado é operário-torneiro mecânico —, as injustiças obrigaram-no em 1898 a abandonar o ofício, a deixar a carreira que escolhera seu pai, um branco — «mas não como os brancos da “Gazeta”», para ingressar no funcionalismo. Jornalista, dele transcrevemos uma prosa interrogativa que há-de ser permanente na Literatura Angolana de protesto até 1950 e terá o seu exemplo mais moderno no poema *Non'a ngamba*, de António Jacinto<sup>(37)</sup>.

«Pois não se está bradando constantemente que o comércio afrouxa, que as finanças sofrem abalo, que o erário público diminui, porque o gentio já não concorre ao nosso mercado e vai levar todos os produtos da sua indústria e do seu labor aos belgas? Esse gentio é branco?

Quem nas roças de S. Tomé e nas fazendas de Angola semeia, cultiva, sacha, monda, senão o preto?

Quem transporta grandes cargas de pontos longínquos, a troco da chamada ração — 60 réis diários — e alguns panos e outros artefactos, tudo do que há de mais grosseiro na indústria metropolitana?

Aqui, no Golungo Alto — *a mesma terra de António Jacinto* —, vejo todos os dias, santificados e não santificados, a chover ou com sol a rachar, caravanas e caravanas de negros cobertos só da cintura até ao joelho, com as costelas de fora, quase a poderem contar-se, verdadeiramente esfomeados, uns quase velhos, outros quase adolescentes, ajoujados ao peso de enormes cargas de café, de borracha, e do mais que o branco não cultiva, mas que o preto lhe foi levar a casa, e recebe em troca de mercadoria e carreto uma ninharia, que por vezes me faz rebentar as lágrimas, ao ver tanta miséria, ao contemplar um tão agro labutar, um trabalho tão insano»<sup>(38)</sup>.

Esse quadro, na rigorosa descrição e no protesto de um prosador talentoso, é um dos pontos da queixa comum anti-colonial, a que a Literatura Angolana deu voz em muitas circunstâncias, por diversas formas, não esquecendo o europeu Tomaz Vieira da Cruz, no auge da época colonial e sendo ele próprio o melhor intérprete dessa voz do império.

Só na *Voz de Angola* podemos encontrar esse mesmo requisitório em Mário Castanheira Nunes (pp. 50, 54), Carlos Saturnino (pp. 62), Apolinário Van-Dúnen (pp. 106) e numa transcrição não identificada de «O Mercantil».

O carácter colectivo de *Voz de Angola*... fica marcado por essas recorrências que um escritor, dos que permaneceram individualizadamente, não pôde ou quis evitar. Nem, se podemos com ela criar uma antologia do jornalismo angolano do fim do século, deixaremos de nela encontrar as linhas de um debate cujas sequelas marcariam toda a época colonial.

Assim, a depois ressuscitada lenda dos quatrocentos anos de obscurantismo e incompetência colonial portugueses, tem repetida vigência na *Voz*...<sup>(39)</sup>, por vezes com acompanhamento, como desde a polémica de Fontes Pereira tivémos ocasião de ver, de comparação com «melhores», mais eficazes, colonialismos<sup>(40)</sup>.

A polémica do recrutamento de contratados para S. Tomé assume também papel de relevo no requisição da *Voz...*, como permaneceria pelas mais diversas formas até vésperas da independência, oferecendo o primeiro poema angolano moderno em quimbundo, do Mário Pinto de Andrade <sup>(41)</sup>.

A um discurso que começa por ser anti-racista, substitui-se um discurso anti-colonialista, o que não poderia deixar de levar à sua forma clara, a independência ou emancipação, como surge na *Voz...* reclamada por três vozes:

A primeira, no artigo do P.<sup>o</sup> António José do Nascimento, evocando o exemplo haitiano: (...) «A maior parte dos chamados políticos não querem ver o indígena inteiramente civilizado; instruído e ilustrado, entregue à sua natural e inteira liberdade, regulada pelas leis, para poder trabalhar com o estímulo do seu próprio alvedrio, exprimir os seus pensamentos desafogadamente, reconhecer os seus direitos, porque o fim da política é rebaixar e assassinar o nível intelectual do indígena, para sempre haver o pretexto de preterir e praticar as mais flagrantes injustiças, e assim retardar a época da emancipação da colónia que, a nosso ver, é inevitável por mais artimanhas políticas que possam inventar, pois os acontecimentos apresentam-se pela evolução dos tempos, pois ninguém tinha pensado que os haitianos, raça negra lutando a favor da sua independência, haviam de sacudir o jugo francês (...)» <sup>(42)</sup>.

O segundo a tocar no proibido conceito, já então colectivo anelo dos africanos, é Eusébio Velasco Galiano que, talvez pela situação ambígua a que o forçava o relativamente alto emprego público que tinha, diz o que quer transcrevendo Mayer Garção que, a nosso ver, apontava a mais avançada posição de todas as que a *Voz...* transmite:



«Assim, pois, toma-se posse duma imensa região, escravizam-se os naturais, incendeiam-se as aldeias, chama-se propriedade conquistada à terra onde se pôs os pés e aos homens em que se fixou os olhos, usufruindo toda a produção, determinando em todo o território, e a única desculpa que encontra a civilização, para fazer isto, é a incapacidade moral e intelectual dos nativos para se administrarem a si próprios e à sua terra, e a única obrigação que diz reconhecer é a de emancipar esse povo, por meio da difusão da claridade mental, a fim de um dia lhe entregar o que é seu. Pois bem! depois de, durante séculos, se desbravar a floresta, dizimando a raça, porque se não encontrou melhor meio de salvar do que matar, essa civilização tomou os hábitos do sertão e revela-se mil vezes mais odiosa do que a ferocidade indígena, porque agrava o crime com o conhecimento do crime, quer dizer, com a responsabilidade. A luta entre o civilizado e o nativo deslocou-se, pois, por uma intervenção tanto mais espantosa, quanto ela parece justificar-se. Porque a luta não tendo possuído o cunho nobre que lhe imprime a defesa de um princípio superior por parte do primeiro, demonstrou, da parte do segundo, esse desejo humano da independência que revela no homem a única causa porque ele merece ser»<sup>(43)</sup>,

No discurso desta época de colonialismo triunfante, essas palavras de um escritor português, que nem eram isoladas como na *Voz...* se documenta, dão a Portugal uma posição que raras vezes lhe foi verificada no campo do anti-colonialismo lúcido, sincero e arroubado.

De Apolinário Van-Dúnen é a terceira referência anti-colonial consequente no artigo que escreveu para a *Voz...*, sob o título de «É o cúmulo das infâmias»:

«Mas se é a esse (negro), recorra o indigno articulista aos escritos de muitos homens de capacidade inconcussa, e entre eles a recente publicação: *Os indígenas das colônias portuguesas de África* (44), e aí verá, o escritor protervo, que Angola teve e ainda tem filhos dignos e que pela sua ilustração, inteligência e procedimento, estão muito além da sua estofa, e é por isso que se lhe nega a instrução literária pelo receio de que eles se tornem tanto mais ilustrados quanto o são os filhos de Portugal, e não é menos verdade que entretanto a ignorância da província, por uma especulação sórdida, faz disto um grande nicho para a colocação dos afilhados em detrimento do funcionalismo indígena sempre preterido, com raríssimas excepções feitas à influência de governadores justiceiros, porque Portugal não quer presenciar um movimento separatista»<sup>(45)</sup>.







A referência ao livro de Joaquim de Almeida da Cunha, bacharel formado em Direito que foi Secretário Geral da Província de Angola e exerceu idênticas funções em Moçambique, tem que ver com o que nele se diz sobre os africanos que dirigiram a imprensa crioula, incluindo Arantes Braga, Mamede de Sant'Anna e Palma, Carlos Augusto da Silva e Arsénio Pompeu do Carpo, redactor e proprietário do único jornal que por então se publicou na província. E com a coincidência dos seus pontos de vista como os defendidos nessa imprensa, designadamente no relativo à justiça e à propriedade da terra. Quanto à primeira, recordando o seu trabalho em Moçambique, Almeida da Cunha referia que em Angola falava e compreendia o português, enquanto de Moçambique retinha a ideia dos «julgamentos medievais em que os animais respondiam pelos danos que causavam»<sup>(46)</sup>. Sobre o trabalho escreve em prosa jurídica uma exaltação do que era devido ao indígena em termos próximos dos encontráveis na *Voz de Angola*. A afirmação de que «todos os indígenas podem ser admitidos nos cargos públicos, com louvor a africanos como João Nepumoceno da Piedade, Apolinário de Carvalho Van-Dúnen, Geraldo António Victor, Lourenço Justiniano Padrel, Manuel Monteiro de Moraes, António José do Nascimento, Idduwigé Pimentel de Andrade e Luis Roquete de Andrade, não podia deixar de tocar toda a elite crioula luandense, justificando-se, assim, a sua citação por Apolinário Van-Dúnen. Pontos que particularmente sensibilizaram a *elite crioula* angolana que certamente muito leu o depoimento publicado pela Imprensa Nacional, em Luanda, foram certamente os seguintes:

«Não há na província repartição nenhuma que não tenha indígenas.

No exército, era indígena o bravo general de Brigada reformado, Geraldo António Victor, que ainda conhecemos; (...)  
(...)

Começaram (os funcionários) mais graduados por simples amanuenses, e foram sucessivamente promovidos a oficiais, chefes de secção e de repartição, e um a oficial maior, que já por vezes tem desempenhado as funções de secretário geral», João Nepumoceno da Piedade, «e em abono da verdade devemos declarar que, tendo nós em Moçambique, sob as nossas ordens (1880 a 1885) quatro oficiais maiores europeus, a todos é preferível o oficial maior indígena que em 1886 encontrámos na secretaria geral de Angola»<sup>(47)</sup>.

A forma como o livro de Joaquim de Almeida e Cunha foi lido pelos africanos confirma também a ambiguidade crioula e o compromisso colonial, pois esse livro é um exemplo do iluminismo colonial na altura do estabelecimento da relação colonial nas colónias portuguesas, como o seu título, de resto, o indica.

São essas três referências, encontradas na *Voz...*, os pontos mais altos de um protesto que subentende o que nela transparece, de forma quase contínua, mas que só nessas oportunidades explicitamente refere, as ideias de autonomia, independência, separação. Cabe referir que, como em toda a *Voz...*, houve sempre europeus a comungarem nas mesmas ideias. A ligação do colonialismo ao trabalho forçado e ao obscurantismo são o pano de fundo do livro, nas suas duzentas e poucas páginas. O louvor do trabalho africano na produção dos géneros agrícolas e nos ofícios, sobretudo neste último aspecto, tem largo espaço na *Voz...* O problema tem importância porque o avanço do colonialismo havia de afastar os africanos dessas actividades, para os reduzir quase só a mão-de-obra sem qualificação. Na *Voz...* ainda se podia ler o que, cinquenta anos depois, seria pura reminiscência, mesmo nas profissões mais humildes: pedreiros, carpinteiros, oleiros, pintores, marceneiros, sapateiros, barbeiros, funileiros, alfaiates, trolhas, torneiros, moldadores, forjadores, capatazes de via, fogueiros eram principalmente africanos («pretos e cruzados») <sup>(48)</sup>. Para além do serviço público que foi e permaneceu vocação crioula ao longo de todo o tempo de reconhecimento da sua presença em Angola. Por isso se anota a seguinte referência de Joaquim d'Almeida e Cunha a essa vocação crioula para a função pública:

«Em Angola, na primeira repartição da província, a secretaria geral, de 13 empregados, 12 são indígenas de Angola, a começar pelo oficial-maior e a acabar no contínuo, e um amanuense é indígena de S. Tomé» <sup>(49)</sup>.

No gosto muito crioulo de referir os seus ilustres, Mário Castanheira Nunes não deixa de ceder a essa tendência pela menção de nomes de patrícios como Geraldo António Victor, Lourenço Justiniano Padrel, Joaquim Brito Teixeira, Rangel, António Cravid, Domingos José Ferreira (todos militares, com postos desde o de general ao de capitão do exército do Reino) e os cónegos António José do Nascimento e Manuel Monteiro de Morais <sup>(50)</sup>.

Um protesto anti-racista cai facilmente no racismo. E, por isso, são numerosos os sinais desse pecado, sobretudo nas referências aos condenados degredados para Angola e na extensão ao povo português das características da criminalidade colonial.

O recurso a transcrições de autoridades da Metrópole servia à maravilha o racismo anti-racista crioulo.

«É vulgar os poetas e romancistas cantarem em verso e em prosa, em frases mais ou menos sentimentais, a doce ingenuidade e casta inocência das pobres gentes dos campos.

Eu declaro-lhes que nunca conheci, em vida minha, gentes mais patifes e que me causassem mais irritação, nas poucas vezes que tenho tratado com elas» (51).

Esse o depoimento do administrador do Conselho do Barreiro, em Portugal, Alfredo Gallis.

Pelo que fica escrito, pode concluir-se como na *Voz de Angola Clamando no Deserto*... se retrata a sociedade crioula e se dá uma imagem das qualidades e defeitos da sua expressão literária. É como se fosse uma antologia do jornalismo angolano no fim do século, prolongamento daquele que se vinha firmando desde os anos de 80.

Se reflecte, por um lado, a circunstância local, pelo outro, é espelho do jornalismo metropolitano cujas lutas de ideias acompanhava. A mundividência de fim de século estender-se-á até, pelo menos, o segundo decénio do século XX. O livro de Paixão Franco, *História de uma Traição*, imerso e marcado de jornalismo, assinala essa data.

Sobre a pleiade jornalística do fim do século, como o denunciam as dedicatórias de Paixão Franco, nota-se a presença maçónica, ela própria dominante também na imprensa do Reino, de que um futuro Grão-mestre será o promotor da repressão ao jornalismo africano, o General Norton de Matos.

Inclui-se, com efeito, o fim de século na fase de apogeu da Maçonaria em Portugal, como considerado pelo Prof. Doutor A. H. Oliveira Marques, que a respeito escreve:

«Grande parte da *elite* do País estava filiada na Maçonaria. Presidentes do Conselho como o Duque de Loulé, o Duque de Saldanha, Joaquim António de Aguiar, Rodrigues Sampaio, Anselmo Braancamp. José Luciano de Castro, José Dias Ferreira; ministros de várias pastas, como António Augusto de Aguiar, António Enes, Mendes Leal, Bernardino Machado, o bispo de Betsaida; políticos como José Estevão Coelho de Magalhães, Elias Garcia e José Fontana; escritores como Camilo Castelo Branco, Antero de Quental, Inocêncio da Silva, Gomes de Brito, Brito Rebelo, Heliodoro Salgado; cientistas como Egas Moniz; artistas até, como Rafael Bordalo Pinheiro — todos estes e muitos outros foram obreiros das lojas maçónicas, distribuindo a sua actividade por épocas e localidades diferentes.

No campo legislativo, a obra de Maçonaria inscreveu-se entre as grandes conquistas do progresso do tempo: abolição da pena de morte e da escravatura, criação de escolas aos níveis primário e secundário técnico segundo novos métodos

*A Formação da Literatura Angolana (1851-1950)*

de ensino, difusão da instrução nas colónias, instituição de asilos para crianças, combate ao clericalismo e começo da laicização das escolas, fundação de organismos capazes de organizarem a instrução e a assistência segundo novos moldes, campanha a favor do registo civil obrigatório, etc.»<sup>(52)</sup>.

\* Director dos Serviços de Cooperação com os novos Estados Africanos, na Fundação Calouste Gulbenkian.



**NOTAS:**

(1) SAMUELS, Michael A. — *A failure of hope: Education and changing opportunities in Angola under the Portuguese Republic*, «Protest and resistance in Angola and Brazil» — *Comparative Studies* — Edited by Ronald H. Chilcote, Bukley, Los Angeles. London, 1972, 53-65.

(2) LOPO, Júlio de Castro — *Um intelectual — Monsenhor Doutor Manuel Alves da Cunha — Notas biográficas e bibliográficas — Subsídios*, Imprensa Nacional, Luanda, 1948, 16.

(3) *Almanach Ensaios Literários*, Tipografia do Povo, Luanda, 1901.

(4) *Voz de Angola Clamando no Deserto — Oferecida aos Amigos da Verdade pelos Naturais*, Lisboa, 1901.

(5) OLIVEIRA, Mário António Fernandes de — *Colaborações angolanas no Almanach de Lembranças — 1851-1900*, «Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola, Luanda, 1966, 3 (1), 75-85.

(6) CASTELBRANCO, Francisco — *Almanach Ensaios Literários*, Luanda 1901, 1.º Volume.

(7) CASTELBRANCO, Francisco — *História de Angola*.

(8) VICTOR, Geraldo Bessa — *Intelectuais angolenses dos séculos XIX e XX, Fascículo I — Augusto Bastos*, Lisboa, 1975.

(9) LEMOS, Alberto de — «Augusto Bastos», *Nótulas históricas*, Luanda, 1969, 127-130.

(10) LEMOS, Alberto de — «Augusto Bastos», *Nótulas históricas*, Luanda, 1969, 127-130.

(11) MATTA, J. D. Cordeiro da — «Negra!», *Ensaios Literários*, Lisboa, 1902, 1.º Volume, 46-47.

(12) MATTA, J. D. Cordeiro da — *Delírios, Versos, 1875-1887*, Lisboa, 1889.

(13) FRANCO, Pedro da Paixão — *História de uma Traição*, I.

(14) LOPO, Júlio de Castro — *Recordações da capital de Angola de outros tempos*, Centro de informação e Turismo de Angola, Luanda, 1963.

(15) OLIVEIRA, Mário António Fernandes de — *Um brasileiro «Cooperante» (avant la lettre) em Angola*, «Boletim da Sociedade de Geografia. Lisboa, 198?».

(16) *Teve solenidade em 1913, a inauguração em Luanda, da Liga Africana*, «A província de Angola, XXVII, 7816,13/7/51. O anónimo autor da nota esteve próximo dos acontecimentos e só poderia ser Alberto de Lemos, também próximo do jornal. «Nos princípios de 1913, ano de política local agitada, um grupo de nativos, promoveu a criação da Liga Angolana, inaugurada em Abril desse ano numa sessão solene com larga concorrência e a presença do Governador-Geral e do Bispo da Diocese de Angola e Congo.

O Presidente da Liga, Almeida Campos (sogro de Alberto de Lemos, outro argumento da autoria da nota não assinada) deu uma exposição dos objectivos a que se propunha a nova agremiação e o



Senhor Bispo, D. João Evangelista de Lima Vidal, numa oração brilhantíssima, frisou que as duas necessidades da hora presente obrigam a preferir a união de esforços à acção individual independente». A nota indica ainda os nomes de representantes da sociedade crioula encontráveis ao longo destas páginas e de autoridades: Maria Van-Dúnen, Manuel Inácio dos Santos Torres, Alberto de Lemos, Evaristo Honório Bastos, António Pedro da Silva, Antonieta Campos e o Governador-Geral, Major Norton de Matos.

(<sup>17</sup>) PALMA, Mamede de Sant'Anna e — *O Sr. Dantas Baracho*, «O Desas-tre», 17/5/1883.

(<sup>18</sup>) ASSIS JÚNIOR, António de — *O segredo da morta*, Livraria Editora A Lusitana, Luanda, 1935.

(<sup>19</sup>) LOPO, Júlio de Castro — *Um intelectual — Monsenhor Doutor Manuel Alves da Cunha — Notas biográficas e bibliográficas — Subsídios*, Imprensa Nacional, Luanda, 1948, 8.

(<sup>20</sup>) Nota do autor transcrito: João Mendes Cardoso, *A Missão Católica de Malanje no quinquagésimo aniversário da sua fundação*.

(<sup>21</sup>) «O Eco de África», 1/4/1914 e 1/11/1914.

(<sup>22</sup>) OLIVEIRA, Mário António Fernandes de — *Para uma perspectiva crioula da Literatura Angolana — História de uma Traição*, «Ocidente — Revista Portuguesa de Cultura», Lisboa, 1972, 410, LXXXII, 252.

(<sup>23</sup>) ANÓNIMO — *Voz de Angola/Clamando no Deserto/Oferecida aos Amigos da Verdade/pelos Naturais*, Lisboa, 1901, 208 pp., 2.<sup>a</sup> edição, União dos Escritores de Angola — Edições 70, Luanda/Lisboa, 1984.

(<sup>24</sup>) FRANCO, Paixão — *História de uma Traição*, Livraria Moreira, Porto, 1911, 77-78.

(<sup>25</sup>) *ID-Ibid.*, 39.

(<sup>26</sup>) *ID-Ibid.*, 38-39.

(<sup>27</sup>) O da Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, utilizado pela primeira vez por NETO, João B. Nunes Pereira — *Angola...*

(<sup>28</sup>) LEMOS, Alberto de — *A velha «história» da independência de Angola*, «Nótulas históricas, Luanda, 1969, 229-230.

(<sup>29</sup>) LOPO, Júlio de Castro — *Recordações da capital de Angola de outros tempos*, C.I.T.A., Luanda, 1913, 21-22.

(<sup>30</sup>) OLIVEIRA, Mário António Fernandes de — *Angolana (Documentação sobre Angola) — I — 1783-1883*, Luanda/Lisboa, 1968.

(<sup>31</sup>) *A província de Angola*, Luanda, XXVII, 1896, 31/7/1951.

(<sup>32</sup>) ANTÓNIO, Mário — *A sociedade angolana do último quartel do século XIX e um seu escritor*, Editorial NÓS, Luanda, 1961.

(<sup>33</sup>) WHEELER, Douglas L. & PÉLISSIER, René — *Angola*, Pall Mall Press, London, 1971, 101-102.

(<sup>34</sup>) NASCIMENTO, António José do — *Solemnia Verba*, apud, «A Voz de Angola», 24.

*A Formação da Literatura Angolana (1851-1950)*

<sup>(35)</sup> GALIANO JÚNIOR, Eusébio Velasco — *Quis Eritis?*, apud, «A Voz de Angola», 90.

<sup>(36)</sup> A. A., *A Voz de Angola*, 184.

<sup>(37)</sup> JACINTO, António — «Non'a ngamba — Poesia de Angola», M. E. C., Luanda, 1976, 153-155.

<sup>(38)</sup> *ID-Ibid.*, 71-72.

<sup>(39)</sup> *ID-Ibid.*, 22-23, 52, 69, 77, 82, 88, 91, 92, 97, 110, 146, 182, 186, 188, 190.

<sup>(40)</sup> *ID-Ibid.*, 71, 75, 127.

<sup>(41)</sup> ANDRADE, Mário Pinto de — *Muimbu na sabadu*, «Antologia da Poesia Negra de Expressão Portuguesa», Paris, 1958.

<sup>(42)</sup> *ID-Ibid.*, 23.

<sup>(43)</sup> *ID-Ibid.*, 90.

<sup>(44)</sup> CUNHA, Joaquim d'Almeida da — *Os indígenas nas colónias portuguesas d'África e especialmente na Província de Angola*, Imprensa Nacional, Luanda, 1900.

<sup>(45)</sup> *ID-Ibid.*, 107.

<sup>(46)</sup> *ID-Ibid.*, 29-31.

<sup>(47)</sup> *ID-Ibid.*, 32.

<sup>(48)</sup> *ID-Ibid.*, 25, 116.

<sup>(49)</sup> *ID-Ibid.*, 154.

<sup>(50)</sup> *ID-Ibid.*, 55, 56.

<sup>(51)</sup> *Voz de Angola*, 2.<sup>a</sup> edição, Edições 70, Lisboa, 1984, 84.

<sup>(52)</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira — *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1975, 46.

**Referência**

Fernandes, M. A. de O. - A Formação da Literatura Angolana (1851-1950). Revista ICALP, vol. 10, Dezembro de 1987, 51-79.